



**CONCURSO PÚBLICO CESAMA
PARA PROVIMENTO DO CARGO DE
TNS – ADVOGADO**



QUESTÕES OBJETIVAS DE PORTUGUÊS

Leia, com atenção, o texto abaixo, de Norberto Bobbio.

O positivismo jurídico como abordagem avalorativa do direito

O positivismo jurídico como postura científica frente ao direito: juízo de validade e juízo de valor

O positivismo jurídico nasce do esforço de transformar o estudo do direito numa verdadeira e adequada *ciência* que tivesse as mesmas características das ciências físico-matemáticas, naturais e sociais. Ora, a característica fundamental da ciência consiste em sua avaloratividade, isto é, na distinção entre juízos de fato e juízos de valor e na rigorosa exclusão desses últimos do campo científico: a ciência consiste somente em juízos de fato. O motivo dessa distinção e dessa exclusão reside na natureza diversa desses dois tipos de juízo: o juízo de fato representa uma tomada de conhecimento da realidade, visto que a formulação de tal juízo tem apenas a finalidade de informar, de comunicar a um outro a minha constatação; o juízo do valor representa, ao contrário, uma tomada de posição frente à realidade, visto que sua formulação possui a finalidade não de informar, mas de *influir* sobre o outro, isto é, de fazer com que o outro realize uma escolha igual à minha e eventualmente siga certas prescrições minhas. (por exemplo, diante do céu rubro do pôr-do-sol, se eu digo: “ o céu é rubro”, formulo um juízo de fato; se digo “ este céu rubro é belo”, formulo um juízo de valor.)

A ciência exclui do próprio âmbito os juízos de valor, porque ela deseja ser um conhecimento puramente *objetivo* da realidade, enquanto os juízos em questão são sempre *subjetivos* (ou pessoais) e conseqüentemente contrários à exigência da objetividade. O fato novo que assinala a ruptura do mundo moderno diante das épocas precedentes é exatamente representado pelo comportamento diverso que o homem assumiu perante a natureza: o cientista moderno renuncia a se pôr diante da realidade com uma atitude moralista ou metafísica, abandona a concepção teleológica (finalista) da natureza (segundo a qual a natureza deve ser compreendida como pré-ordenada por Deus a um certo fim) e aceita a realidade assim como é, procurando compreendê-la com base numa concepção puramente experimental (que nos seus primórdios é uma concepção mecanicista). A mesma atitude tornou-se própria também das ciências sociais (isto é, das ciências que estudam o comportamento humano): assim, por exemplo, o lingüista estuda as línguas assim como estas existem efetivamente na sociedade, sem a elas aplicar qualquer juízo de valor, sem se perguntar, por exemplo, se são perfeitas ou não, se são conformes ou não um modelo ideal de língua e assim por diante. Mesmo o historiador se esforça em ser objetivo, em reconstruir os fatos, despojando-se de suas paixões e de suas preferências políticas e ideológicas, de modo a *explicar* os eventos e não *juzá-los* (nesse sentido Croce dizia que “ a História não deve ser justiceira, mas justificadora”).

Pois bem, o positivista jurídico assume uma atitude científica frente ao direito já que, como dizia Austin, ele estuda o direito tal qual é, não tal qual deveria ser. O positivismo jurídico representa, portanto, o estudo do direito como *fato*, não como *valor* : na definição do direito deve ser excluída toda a qualificação que seja fundada num juízo de valor e que comporte a distinção do próprio direito em bom e mau, justo e injusto. O direito, objeto da ciência jurídica, é aquele que efetivamente se manifesta na realidade histórico-social; o juspositivista estuda tal direito *real* sem se perguntar se além deste existe também um direito *ideal* (como aquele natural), sem examinar se o primeiro corresponde ou não ao segundo e, sobretudo, sem fazer depender a validade do direito real da sua correspondência com o direito ideal; o romanista, por exemplo, considerará direito romano tudo o que a sociedade romana considerava como tal, sem fazer intervir um juízo de valor que distinga entre o direito “justo” ou “verdadeiro” e direito “injusto” ou “aparente”. Assim a escravidão será considerada um instituto jurídico como qualquer outro, mesmo que dela se possa dar uma valoração negativa.

Essa atitude contrapõe o positivismo jurídico ao jusnaturalismo, que sustenta que deve fazer parte do estudo do direito real também a sua valoração com base no direito ideal, pelo que na definição do direito se deve introduzir uma qualificação que discrimine o direito tal qual é segundo um critério estabelecido do ponto de vista do direito tal qual deve ser.

Para esclarecer estas duas atitudes diversas do juspositivismo e do jusnaturalismo é conveniente introduzir os dois conceitos de *validade* do direito e do *valor* do direito.

A *validade* de uma norma jurídica indica a qualidade de tal norma, segundo a qual existe na esfera do direito ou, em outros termos, existe como norma jurídica. Dizer que uma norma jurídica é *válida* significa dizer que tal norma faz parte de um ordenamento jurídico real, efetivamente existente numa dada sociedade.

O *valor* de uma norma jurídica indica a qualidade de tal norma, pela qual esta é conforme o direito ideal (entendida como síntese de todos os valores fundamentais nos quais o direito deve se inspirar); dizer que uma norma jurídica é *válida ou justa* significa dizer que esta corresponde ao direito ideal.

O contrário de validade é *invalidade* e o contrário de valor (ou justiça) é *desvalor* (ou injustiça). Temos assim dois pares de termos (validade-invalidade; valor-desvalor) que não podem ser superpostos, porque representam dois pares de juízos sobre direito formulados com base em critérios reciprocamente independentes.

Ora, a posição jusnaturalista sustenta que para uma norma ser válida deve ser valorosa (justa); nem todo o direito existente é, portanto, direito válido, porque nem todo é justo. Esta posição identifica o conceito de validade e de valor, reduzindo o primeiro ao segundo.

Há uma posição juspositivista extrema que inverte a posição jusnaturalista. Também esta identifica os dois conceitos, mas reduzindo o conceito de valor ao de validade: uma norma jurídica é justa pelo único fato de ser válida, isto é, de provir da autoridade legitimada pelo ordenamento jurídico para pôr normas. É difícil, porém, encontrar um positivista que conscientemente assumira esta posição extrema. Talvez esta posição se possa encontrar em Hobbes, segundo o qual no estado de natureza não existem critérios para distinguir o justo do injusto, visto que tais critérios somente surgem com a constituição do Estado, sendo representados pelo comando do soberano (é justo o que o soberano ordena e injusto o que o soberano veta).

Mas não é esta a posição típica do positivismo jurídico. Neste, ao contrário, é habitual distinguir e separar nitidamente o conceito de validade daquele de valor (pode, de fato, haver um direito válido que é injusto e um direito justo – por exemplo, o direito natural – que é inválido); ainda não excluindo a possibilidade de formular um juízo sobre o valor de direito, este sustenta que tal juízo se afasta do campo da ciência jurídica. Esta última deve se limitar a formular um juízo de validade do direito, isto é, assegurar a sua existência jurídica. A razão dessa posição é clara: a distinção entre o juízo de validade e o juízo de valor é tão somente um caso particular (referente ao direito) da distinção entre o juízo de fato e o juízo de valor. (A proposição: “este direito é válido” tende, com efeito, somente a dar uma informação que pode servir aos cidadãos, aos juízes, etc; a proposição: “este direito é justo ou injusto” tende, ao contrário, a influir sobre o comportamento dos cidadãos – fazendo com que obedeçam ou, respectivamente, desobedeçam ao direito.)”.

BOBBIO, N. *O positivismo jurídico*. Lições de filosofia do Direito. São Paulo: Ícone, 1990 p. 135-138)

01) A argumentação apresentada por Bobbio, no texto, é orientada por algumas oposições. Leia, com atenção, os pares abaixo:

- (I) positivismo jurídico e jurisnaturalismo
- (II) juízo de fato e juízo de valor
- (III) validade e invalidade
- (IV) justo e injusto
- (V) informação e influência

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O par (I) apresenta dois termos que se opõem, e ambos têm por base os elementos do par (II), que não são excludentes: ao contrário, se complementam.
- b) Os termos postos nos pares (II) e (III) co-existem no Direito: a diferença está no fato de que, para o jusnaturalismo, o direito é justo quando é válido, enquanto que, para o positivismo jurídico, nem todo o direito é válido, porque muitos não são justos.
- c) O positivismo jurídico aceita os termos postos no par (IV), porque o juízo de valor é intrínseco ao campo da ciência jurídica.
- d) Os termos postos no par (V) se referem às principais finalidades do positivismo jurídico e do jusnaturalismo, na medida em que o primeiro, que tem por base o juízo de fato, se pretende informativo; e o segundo, baseado no juízo de valor, pode determinar as decisões dos indivíduos a respeito de uma lei.
- e) A consideração do direito como fato e não como valor orienta o julgamento do jurista a partir da determinação do ideal, assim como o fazem os lingüistas e os cientistas sociais em suas investigações: o real é sobreposto pelo ideal, dado que ambos são formulados por critérios mutuamente dependentes.

02) Leia novamente:

“... (por exemplo, diante do céu rubro do pôr-do-sol, se eu digo:” o céu é rubro”, formulo um juízo de fato; se digo “ este céu rubro é belo”, formulo um juízo de valor.)...”
(linhas 10-12)

A respeito da distinção entre a postura dos dois observadores acima descritos, é INCORRETO afirmar que:

- a) o primeiro observador age a partir da orientação do positivismo jurídico; o segundo, a partir da orientação do jurisnaturalismo.
- b) o segundo observador pode influenciar a minha percepção sobre o pôr-do-sol; o primeiro pretende apenas constatar e informar.
- c) o comentário do segundo observador seria inaceitável no campo científico, já que ele excluiu o fator mais relevante sobre o pôr-do-sol.
- d) o comentário do primeiro observador fortalece o princípio que orienta os cientistas modernos, que é o de aceitar a realidade sem avaliá-la subjetivamente.
- e) o primeiro observador utiliza-se da objetividade prevista quando se baseia no juízo de fato; o segundo vale-se da pessoalidade implícita quando lança mão do juízo de valor.

03) A principal distinção entre os conceitos de **validade** do direito e de **valor** do direito pode ser encontrada na distinção entre:

- a) direito real e direito ideal.
- b) juspositivista e juspositivista extremo.
- c) ciência jurídica e ciência físico-matemática.
- d) o pensamento de Hobbes e o pensamento de Croce.
- e) norma justa e norma injusta.

04) A argumentação de Bobbio defende que:

- a) o direito deve rejeitar o cientificismo, que impede o reconhecimento das ações como justas e injustas.
- b) o direito deve separar o juízo de fato do juízo de valor, evitando a qualificação que seja baseada nessa última.
- c) o direito não pode ser compreendido como manifestação histórico-social e, portanto, não pode basear-se em juízo de valor.
- d) o direito deve se ater a prescrições sobre comportamentos, mas sem classificá-los como válidos ou inválidos.
- e) o direito deve consolidar a sua ruptura com a ótica adotada pelos lingüistas e cientistas sociais, já que seu objeto ultrapassa os limites do real e do ideal.

05) Leia novamente:

“... Essa atitude **contrapõe** o positivismo jurídico ao jusnaturalismo ...” (4º parágrafo, 1ª linha)

“...Ora, a posição jusnaturalista **sustenta** que para uma norma ser válida deve ser valorosa (justa)...” (9º parágrafo, 1ª linha)

“...Dizer que uma norma jurídica é **válida significa** dizer que tal norma faz parte de um ordenamento jurídico real ...” (6º parágrafo, 2ª e 3ª linhas)

As três sentenças acima foram reescritas nas alternativas abaixo, considerando tanto o significado quanto a regência das formas verbais destacadas. Assinale a alternativa que apresenta uma reescrita **semanticamente adequada e de acordo com a norma culta** das três sentenças, respectivamente.

- a) “ Essa atitude do positivismo jurídico vai ao encontro do jusnaturalismo” ; “ a posição jusnaturalista retifica o argumento de que, para uma norma ser válida...”; “ dizer que uma norma jurídica é *válida* implica em dizer que tal norma faz parte...”
- b) “ Essa atitude do positivismo jurídico vai ao encontro do jusnaturalismo” ; “ a posição jusnaturalista retifica o argumento de que, para uma norma ser válida...”; “ dizer que uma norma jurídica é *válida* implica dizer que tal norma faz parte...”
- c) “ Essa atitude do positivismo jurídico vai de encontro ao jusnaturalismo” ; “ a posição jusnaturalista retifica o argumento de que, para uma norma ser válida...”; “ dizer que uma norma jurídica é *válida* implica em dizer que tal norma faz parte...”
- d) “ Essa atitude do positivismo jurídico vai de encontro ao jusnaturalismo” ; “ a posição jusnaturalista ratifica o argumento de que, para uma norma ser válida...”; “ dizer que uma norma jurídica é *válida* implica dizer que tal norma faz parte...”
- e) “ Essa atitude do positivismo jurídico vai ao encontro do jusnaturalismo” ; “ a posição jusnaturalista ratifica o argumento de que, para uma norma ser válida...”; “ dizer que uma norma jurídica é *válida* implica dizer que tal norma faz parte...”

06) Um digitador, ao trabalhar com esse texto de Norberto Bobbio, **adicionou vírgulas** em algumas das sentenças do texto original. **De acordo com a norma culta**, qual, dentre as alternativas abaixo, revela **um erro cometido pelo digitador** nesse acréscimo de vírgulas?

- a) “ A ciência exclui do próprio âmbito os juízos de valor, porque ela deseja ser um conhecimento puramente *objetivo* da realidade, enquanto os juízos em questão são sempre *subjetivos* (ou pessoais) e, conseqüentemente, contrários à exigência da objetividade.”
- b) “.dizer que uma norma jurídica é *válida ou justa*, significa dizer que esta corresponde ao direito ideal...”
- c) “... Para esclarecer estas duas atitudes diversas do juspositivismo e do jusnaturalismo, é conveniente introduzir os dois conceitos de *validade* do direito e do *valor* do direito...”
- d) “... Talvez esta posição se possa encontrar em Hobbes, segundo o qual, no estado de natureza, não existem critérios para distinguir o justo do injusto...”.
- e) “... mas de *influir* sobre o outro, isto é, de fazer com que o outro realize uma escolha igual à minha e, eventualmente, siga certas prescrições minhas...”

07) Leia novamente:

“...o juízo de valor representa ... uma tomada de posição frente à realidade, visto que sua formulação possui a finalidade não de informar, mas de *influir* sobre o outro...”

Assinale a alternativa que apresenta uma **paráfrase correta** das sentenças acima, sem perda substancial de sentido:

- a) A formulação do juízo de valor representa uma tomada de posição frente à realidade, ainda que sua finalidade não seja a de informar, mas a de *influir* sobre o outro.
- b) Considerando que a formulação do juízo de valor possui a finalidade de *influir* sobre o outro e não a de informar, ela representa uma tomada de posição frente à realidade.
- c) Uma vez que a formulação da tomada de posição frente à realidade é uma finalidade, o juízo de valor não quer informar, mas *influir* sobre o outro.
- d) Apesar de a finalidade da formulação do juízo de valor ser a de *influir* sobre o outro e não a de informar, o juízo de valor representa uma tomada de posição frente à realidade.
- e) O juízo de valor representa uma tomada de posição contrária à realidade, conquanto sua formulação possua a finalidade de *influir* sobre o outro e não a de informar.

08) Algumas sentenças do texto de Bobbio foram reescritas em consonância com o uso da crase no Português do Brasil. **De acordo com a norma culta**, qual das alternativas abaixo **apresenta um erro** no uso da crase?

- a) É difícil, porém, encontrar um positivista que conscientemente assuma à posição extrema...
- b) Assim, por exemplo, o lingüista estuda as línguas assim como estas existem efetivamente na sociedade, sem aplicar às línguas qualquer juízo de valor.
- c) Também esta identifica as duas noções, mas reduzindo a noção de valor à de validade...
- d) ...Esta última deve se limitar à formulação de um juízo de validade do direito...
- e) ... Esta posição identifica a definição de validade e de valor, reduzindo a primeira à segunda.

09) Leia novamente:

O positivismo jurídico representa, **portanto**, o estudo do direito como *fato*, não como *valor(...)*

O conectivo destacado poderia ser substituído, na sentença acima, sem perda substancial do sentido, por:

- a) conquanto.
- b) não obstante.
- c) por conseguinte.
- d) dado que.
- e) todavia.

10) Leia novamente:

“ ...O *valor* de uma norma jurídica indica a qualidade de tal norma, pela qual esta é conforme o direito ideal (entendida como síntese de todos os valores **fundamentais** nos quais o direito deve se inspirar) ...”

A expressão **fundamentais** teria como sentido OPOSTO:

- a) suburbanos.
- b) periféricos
- c) indefinidos.
- d) profícuos.
- e) indissolúveis.

QUESTÕES OBJETIVAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11) Leia atentamente as assertivas abaixo:

I – De acordo com o Código Civil, o juiz pode, de ofício, em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pela confusão patrimonial, ou pelo desvio de finalidade, decidir que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

II – De acordo com o Código Civil, o juiz não pode suprir, de ofício, a alegação de prescrição, salvo se favorecer a absolutamente incapaz.

III – De acordo com o Código Civil, em caso de lesão, não se decretará a anulação do negócio, se for oferecido suplemento suficiente, ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.

Estão INCORRETAS:

- a) I, II e III.
- b) somente I, II.
- c) somente I e III.
- d) somente II e III.
- e) n.r.a.

12) Leia atentamente as assertivas abaixo:

I – Independentemente da verossimilhança da alegação, a facilitação da defesa dos direitos do consumidor inclui a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil.

II – Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir da ocorrência do dano.

III - O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

Estão CORRETAS:

- a) I, II e III.
- b) somente I e II.
- c) somente I e III.
- d) somente II e III.
- e) n.r.a.

13) Leia atentamente as assertivas abaixo:

I - O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.

II - O contrato social pode prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima, caso contrário, nas omissões do Código Civil, será ela regida pelas normas da sociedade simples.

III - Estando a limitação de poderes inscrita ou averbada no registro próprio da sociedade, o excesso por parte dos administradores pode ser oposto a terceiros.

Estão CORRETAS:

- a) I, II e III.
- b) somente I e II.
- c) somente I e III.
- d) somente II e III.
- e) n.r.a.

14) Leia atentamente as assertivas abaixo:

I – Concedida a antecipação de tutela, nos termos do CPC, não poderá a mesma ser revogada até o final julgamento do processo.

II – Não se concederá medida liminar para efeito de pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias em mandado de segurança.

III – A decisão que indefere pedido liminar em mandado de segurança é irrecorrível.

Estão CORRETAS:

- a) I, II e III.
- b) somente I e II.
- c) somente I e III.
- d) somente II e III.
- e) n.r.a.

15) Leia atentamente as assertivas abaixo:

I – O juiz poderá receber recurso de apelação mesmo quando a sentença estiver em conformidade com Súmula do Superior Tribunal de Justiça ou Supremo Tribunal Federal.

II - Não se conhecerá agravo retido se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo Tribunal.

III - O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecurável, não conhecerá recurso extraordinário, quando a questão constitucional nele versada não oferecer repercussão geral, nos termos da lei.

Estão CORRETAS:

- a) I, II e III.
- b) somente I e II.
- c) somente I e III.
- d) somente II e III.
- e) n.r.a.

16) Leia atentamente as assertivas abaixo:

I – Não se utilizará a modalidade de licitação tomada de preços para obras e serviços de engenharia de valor superior a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

II – A licitação, nos termos da Lei 8.666/93, somente é exigível para os órgãos da administração pública direta.

III - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

Estão CORRETAS:

- a) I, II e III.
- b) somente I e II.
- c) somente I e III.
- d) somente II e III.
- e) n.r.a.

17) Nos termos da Lei 11.445/07, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico:

I – Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

II – O serviço de abastecimento de água pode ser suspenso por inadimplemento do usuário.

III – Não é necessária a uniformização de fiscalização, regulação e remuneração dos serviços para a caracterização de prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico.

Estão CORRETAS:

- a) I, II e III.
- b) somente I e II.
- c) somente I e III.
- d) somente II e III.
- e) n.r.a.

18) Nos termos da Constituição Federal de 1988, são princípios gerais da atividade econômica, exceto:

- a) livre concorrência.
- b) função social da propriedade.
- c) busca do pleno emprego.
- d) tratamento favorecido para empresas de capital nacional.
- e) redução das desigualdades regionais e sociais.

19) A competência para legislar sobre águas é conferida pela Constituição Federal:

- a) exclusivamente aos Estados.
- b) privativamente à União.
- c) aos Municípios.
- d) concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal.
- e) à União, aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios.

20) A Dívida Ativa regularmente inscrita:

- a) goza da presunção de certeza e liquidez e tem efeito de prova pré-constituída.
- b) não tem efeito de prova pré-constituída.
- c) não goza de presunção de certeza e liquidez .
- d) goza de presunção absoluta.
- e) goza somente da presunção de certeza.

QUESTÕES DISCURSIVAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Leia atentamente o texto abaixo. Em seguida, responda às questões de nº 21 e 22.

Um determinado município presta diretamente os serviços de tratamento e distribuição de água e coleta de esgoto desde 1968. Em 1973, com base no Decreto Lei 200/67, foi criada uma Autarquia Municipal – o Departamento de Água e Esgoto (DAE) – descentralizando os serviços.

Em 05 de outubro de 1988, o quadro de funcionários era o seguinte: 100 funcionários concursados, contratados em regime celetista, 40 funcionários contratados sem concurso público, com pelo menos sete anos de trabalho na Autarquia e 10 funcionários contratados sem concurso público, estes há pelo menos dois anos.

Em 1999, com base na Emenda Constitucional 19/98, a administração instituiu o Emprego Público no DAE, preenchendo, por regular concurso, 20 vagas.

Em 2000, a Autarquia foi transformada em Empresa Pública, com preenchimento, também por concurso público realizado em 2001, de novas 20 vagas.

- 21) [Valor: 10 pontos] Considerando que o município presta o referido serviço por meio de Empresa Pública e que a mesma é deficitária desde sua criação, pode-se privatizar a atividade ou conceder o serviço à iniciativa privada? Sendo afirmativa a resposta, como deve ser conduzido o processo?

Solução da questão 21:

Solução da questão 21 (continuação):

22) [Valor: 10 pontos] O que deve ser feito com os variados Servidores e Empregados, caso a resposta à questão nº 21 seja positiva, considerando-se que existem, ainda, 30 contratados por excepcional interesse público, com prazo certo, e 15 cargos comissionados preenchidos?

Solução da questão 22:

23) [Valor: 10 pontos] Estabeleça a diferença entre taxas e tarifas ou preços públicos.

Solução da questão 23:

24) [Valor: 10 pontos] Como se sabe, a Administração Pública Direta e Indireta pode efetivar terceirização de serviços, desde que não digam respeito às suas atividades fins. Suponha que uma determinada Empresa Pública Municipal tenha terceirizado as atividades de conservação e limpeza. A Terceirizada, com dificuldades econômicas, vem enfrentando diversos processos trabalhistas com citação da Empresa Pública como co-ré. Tal citação é possível? Em caso afirmativo, quais os limites de responsabilização do tomador de serviços, nesse caso?

Solução da questão 24:

25) [Valor: 10 pontos] O prestador de serviços de água e esgoto de um determinado Município, ao efetuar reparos na rede de água e esgoto de uma determinada rua, deixou um buraco não sinalizado no meio da via. À noite, um cidadão, dirigindo veículo em alta velocidade, caiu no referido buraco, perdendo a direção e vindo a colidir com um poste. Para além dos prejuízos materiais do veículo, o contribuinte teve também sérios danos físicos. Inconformado, requereu em juízo responsabilização da Empresa, bem como indenização por danos estéticos. Pergunta-se:

- a) Cabe responsabilização da Empresa, nesse caso?
- b) Em caso afirmativo, é possível à Empresa, se condenada, exercer direito de regresso?

Solução da questão 25:

Solução da questão 25 (continuação):

26) [Valor: 10 pontos] Determinado Hospital Privado, consumidor de serviços públicos de água e esgoto entrou em juízo contra a Prestadora de Serviços, alegando que a mesma efetivou corte dos serviços por inadimplemento. Além disso, alegou que as prestações pendentes estavam pagas, o que não foi conferido pela Empresa. O corte de serviços se deu, conforme nota de serviço da empresa, às 10h45min do dia 22/10. Conforme os comprovantes de pagamento apresentados, todas as contas foram pagas entre 10h38min e 10h44min da manhã do mesmo dia 22/10. Apresente, sucintamente, os possíveis fundamentos do pedido, bem como argumentos capazes de impedir a condenação da Empresa.

Solução da questão 26: